

no grupo de Investimentos.

Em relação as Inversões Financeiras a execução corresponde a Integralização de Capital na CAZBAR no valor de R\$1.010.000,00 e os demais gastos foram de retomadas de áreas em desuso.

V – GOVERNANÇA, TRANSPARENCIA, CONTROLE E PREVENÇÃO DE RISCOS

A Companhia, atendendo aos requisitos definidos na Lei 13.303/2016 – Lei das Estatais, buscou aprimorar os seus mecanismos de governança, transparência, controle e prevenção de riscos.

Nesse sentido, e 2020 promoveu in company, para 20 empregados, o **Curso Teoria e Prática na Elaboração de Matriz de Riscos**, ferramenta obrigatória nas licitações realizadas pela Companhia, ministrado pelo especialista no assunto, Dr. Rodrigo Pironetti.

Além disso, constituiu por portaria interna o **Comitê de Gestão de Riscos**, composto por empregados integrantes de cada uma das 6 (seis) Diretorias Executivas da Companhia, formalmente designados para, em conjunto, apontarem os possíveis riscos decorrentes das complexas contratações realizadas pela estatal.

No que se refere ao requisito da **Transparência Pública** a Companhia implementou adequações nos seus sites institucionais (www.codec.pa.gov.br e www.investpara.com.br), divulgando dados e informações de fácil acesso aos usuários em geral, além de fortalecer o atendimento das demandas oriundas do **Sistema de Acesso à Informação-SIC/PA**.

Nos sites eletrônicos da Companhia e no site eletrônico de comunicação do Governo do Estado do Pará (www.agenciapara.com.br), a CODEC, por meio da sua Assessoria de Comunicação (ASCOM), promoveu, ainda, farta divulgação das suas ações institucionais e operacionais, proporcionando ampla visão da atuação da empresa.

VI – PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO PARA 2021

6.1 PERSPECTIVAS

Para o próximo exercício, de 2021, a CODEC manterá atuação com foco no cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará, **objetivando o desenvolvimento do Estado como destino para investir, a revitalização dos atuais distritos industriais (Icoaraci, Ananindeua, Barcarena e Marabá) e a criação de novas áreas econômicas incentivadas.**

No que concerne à **promoção do Estado como destino para investir**, além de manter o trabalho iniciado em 2020 junto aos 16 municípios (Ananindeua, Barcarena, Belém, Bragança, Breves, Capitão-Poço, Conceição do Araguaia, Igarapé-Miri, Marabá, Moju, Oriximiná, Paragominas, Rondon do Pará, São Félix do Xingu, Santa Isabel do Pará e Santarém), a Companhia, em 2021, pretende iniciar ações nos seguintes 10 novos municípios: Canaã dos Carajás, Itaituba, Medicilândia, Ourilândia, Portel, Primavera, Salinópolis, Soure, Tailândia e Vigia.

Quanto à ação de **revitalização dos distritos industriais**, a CODEC pretende lançar, ainda no primeiro semestre de 2021, editais de licitações para execução de obras gerais de capinação, pavimentação e urbanização, para todos os distritos, ao custo estimado de R\$ 3 milhões, e ainda obras de conclusão do Centro de Convivência do Distrito de Marabá, ao custo estimado de R\$ 1,5 milhão.

Acerca da **criação de novas áreas econômicas incentivadas**, a Companhia dará seguimento aos 3 (três) processos licitatórios iniciais para a implantação do **Condomínio Industrial de Castanhal**, ao custo estimado de R\$ 2,5 milhões, e da **Zona de Processamento de Exportações de Barcarena – ZPE BARCARENA**, ao custo estimado de R\$ 1,5 milhão e a implantação de **área econômica incentivada no município de São João de Pirabas**, para receber indústria de processamento de cimento. Manterá, ainda, esforços na regularização fundiária de áreas para a implantação dos Distritos Industriais Estaduais de Santarém, Tucuruí e Breves, e também o Polo Industrial Municipal de Marituba.

Atuará, ainda, no **assessoramento administrativo, técnico, jurídico e operacional** ao município de Castanhal, na implantação do **Parque Municipal da Pequena Indústria de Castanhal**, e ao município de Parauapebas, na melhoria do seu **Distrito Industrial Municipal de Parauapebas**.

6.2 ESTRATÉGIAS

As ações estratégicas da Companhia objetivando a melhoria nos seus resultados, são:

a) Reavaliação das áreas dos distritos industriais – a ser realizada mediante contratação pública, a fim de estabelecer nova tabela de preços mais atrativos para os investidores, diferenciada de acordo com a real condição do imóvel e a infraestrutura que o atende, contemplando critérios mais claros e variados de redução de preços e condições de pagamento, de acordo com parâmetros previamente estabelecidos;

c) Revisão de Normas Gerais – revisão e reestruturação dos manuais normativos da Companhia, tornando mais céleres os processos e procedimentos administrativos e operacionais, inclusive dos mecanismos de decisão e aprovação de projetos econômicos e de condições comerciais, proporcionando maior produtividade e resultados;

Criação de Áreas Econômicas Incentivadas – investir na aquisição de áreas dissociadas de distritos industriais, a serem comercializadas para atendimento específico a uma empresa ou grupo de empresas, cujos projetos econômicos atendam ao interesse público do Estado;

d) Investimento em Capacitação e Recursos Tecnológicos – investir em treinamentos especializados ao corpo funcional, como também na aquisição de equipamentos, instrumentos e ferramentas de trabalho, atualizados tecnologicamente, de modo a proporcionar aumento de produtividade, precisão e qualidade nos serviços oferecidos.

e) Investimento em Local de Eventos – investir na preparação de ambiente interno da Companhia (Auditório), para servir de local de eventos, a ser usado para proporcionar larga visibilidade à Companhia e às oportunidades e vocações econômicas do Estado do Pará, através da realização de seminários, workshops, reuniões e outros eventos de interesse do Estado, presenciais, virtuais ou híbridos.

A Companhia possui atualmente 2.032 hectares de áreas disponíveis para comercialização com investidores, envolvendo os Distritos de Ananindeua, Barcarena e Marabá. Tomando por base o preço médio entre essas áreas, em dezembro de 2020, de R\$ 30,00/m², a Companhia estabeleceu a meta de alcançar a comercialização de 40 hectares dessas áreas em 2021, projetando receita bruta da ordem de R\$ 12 milhões de venda e mais R\$ 2 milhões de taxas de anuidade de regularizações de áreas, totalizando R\$ 14 milhões de receita bruta, representando acréscimo de cerca de 20% em relação à receita bruta própria de 2020 (R\$ 11.678.706,57).

LUTFALA BITAR
Presidente - CODEC

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2020

Aos Ilmos. Srs. Conselheiros, Diretores e demais Administradores da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PARÁ - CODEC

1) Opinião sem ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PARÁ - CODEC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, a demonstração dos resultados dos exercícios, dos fluxos de caixa, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados e demonstração do resultado abrangente, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PARÁ - CODEC, em 31 de dezembro de 2020, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a CODEC/PA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da CODEC continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a CODEC ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CODEC são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CODEC.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CODEC a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

5) Outros Assuntos

5.1 Outras Informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório de auditoria – Relatório da